



RDPDPC

Revista de Direito Público
Contemporâneo

ISSN 2594-813X

RDPC

Revista de Direito Público Contemporâneo

Ano nº 05 | Volume nº 01 | Edição Nº 02 | Julho/Dezembro 2021
Año nº 05 | Volumen nº 01 | Edición Nº 02 | Julio/Diciembre 2021

Fundador:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, UFRRJ/UNIRIO.

Editor-Chefe | Editor-Jefe:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, UFRRJ/UNIRIO.

Co-Editor | Coeditor:

Prof. Dr. Alexander Espinoza Rausseo, UEC.

Equipe Editorial | Equipo editorial:

Sra. Camila Pontes da Silva.

Sr. Eric Santos de Andrade.

Sr. Jonathan Mariano.

Sra. Gabriela Vasconcellos.

Sra. Natalia Costa Polastri Lima.

Diagramação | Diagramación:

Sr. Daniel Pires Lacerda



Revista de Direito Público Contemporâneo
Revista de Derecho Público Contemporáneo
Journal of Contemporary Public Law

Conselho Editorial Internacional | Consejo Editorial Internacional
International Editorial Board

Sr. Alberto Levi, Università di Modena e Reggio Emilia, Emilia-Romagna, Itália.
Sr. Alexander Espinoza Rausseo, Instituto de Estudios Constitucionales, IEC, Caracas, Venezuela.
Sr. Jorge Miranda, Universidade de Lisboa, ULISBOA, Lisboa, Portugal.
Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile (UACH), Valdivia, Región de los Ríos, Chile, Chile
Sra. Isa Filipa António, Universidade do Minho, Braga, Portugal, Portugal
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla, US, Sevilha, Espanha.
Sra. María Laura Böhm, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.
Sr. Mustava Avci, University of Anadolu Faculty of Law, Eskişehir, Turquia.
Sr. Olivier Deschutter, New York University, New York, USA.

Conselho Editorial Nacional | Consejo Editorial Nacional
National Editorial Board

Sra. Adriana Scher, Centro Universitário Autônomo do Brasil, UNIBRASIL, Curitiba, PR.
Sra. Ana Lúcia Pretto Pereira, Centro Universitário Autônomo do Brasil, UniBrasil, Curitiba, PR, Brasil.
Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil.
Sr. Braulio de Magalhães Santos, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Governador Valadares, MG, Brasil.
Sr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, SP, Brasil.
Cavichioli Paulo Afonso Cavichioli Carmona, UNICEUB - Centro Universitário de Brasília, Brasil
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
Sra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil.
Sr. Diogo R. Coutinho, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil.
Sr. Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam), Pontifícia Universidade Católica, PUC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Sr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica, PUC, Curitiba, PR, Brasil.
Sr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal Rural e do Estado do Rio de Janeiro, UFRRJ/UNIRIO, RJ, Brasil.
Sr. Eros Roberto Grau, Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP, Brasília, DF, Brasil.
Sr. Flávio Roberto Baptista, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil.
Frederico Augusto Pasdchoal, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Santa Catarina, Brasil., Brasil
Sr. Ingo Sarlet, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC, RS, Brasil.
Sr. Jacintho Silveira Dias de Arruda Câmara, Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP, São Paulo, Brasil.
Sr. Jamir Calili, Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil.
Sra. Jéssica Teles de Almeida, Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Piriá, PI, Brasil.
Sr. José Carlos Buzanello, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Sra. Monica Teresa Costa Sousa, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Maranhão, Brasil.
Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil LTDA, UNIBRASIL, Curitiba, PR, Brasil.
Sr. Philip Gil França, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Brasil.
Dr. Plauto Cavalcante Lemos Cardoso, Associação Argentina de Justiça Constitucional (AAJC), Brasil
Sr. Rafael Santos de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.
Sra. Regina Vera Villas Boas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo, SP, Brasil.
Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
Sr. Yuri Schneider, Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, SC, Brasil.

Avaliadores | Evaluadores | Evaluators

Sra. Isa Filipa António, Universidade do Minho, Braga, Portugal, Portugal 2
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla, US, Sevilha, Espanha. 2
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.2
Sr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, RJ, Brasil.
Sr. Flávio Antonio de Oliveira, Universidade Santa Cecília, UNISANTA, São Paulo, SP, Brasil. 2
Sr. Manoel Messias Peixinho, Pontifícia Universidade Católica, PUC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Dr. Plauto Cavalcante Lemos Cardoso, Associação Argentina de Justiça Constitucional (AAJC), Brasil 2
Sra. Samara de Oliveira Pinho, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil.
Sr. Yan Capua Charlot, Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, SE, Brasil., Brasil 2

ALTERNATIVAS ESTÃO FALTANDO

Horacio Capel¹

Data de submissão: 27/01/2020

Data de aprovação: 05/05/2020

Estamos à beira de uma catástrofe na Terra. Os diagnósticos são numerosos e muito precisos; e também existe um amplo consenso de que a principal responsabilidade é do sistema econômico, que podemos chamar de capitalista. Existem muitos dados que mostram que estamos no limite: degradação da biosfera, mudança climática produzida por atividades humanas, problemas geopolíticos, deterioração ambiental; além de desigualdades econômicas, sociais, políticas e educacionais.

Não parece que o capitalismo esteja em posição de resolver problemas ecológicos e sociais por causa de sua obsessão pelo lucro. Não é possível um crescimento ilimitado que não respeite os recursos da natureza. Portanto, temos que pressionar com força, a fim de sobreviver como espécie humana.

DIAGNÓSTICOS OTIMISTAS E PESSIMISTAS

É evidente que o mundo está progredindo há dois séculos. Em 1800, tinha 975 milhões de pessoas, em 1900 atingiu 1.650 e em 2017 ultrapassamos 7.700 milhões. Há cada vez mais pessoas no mundo e muitas delas vivem bem, como há dois séculos você não podia imaginar, com mais expectativa de vida do que no passado. Por isso, não é estranho que o otimismo iluminado do século XVIII e a ideia de progresso tenham hoje novos defensores.

Pode-se argumentar que, apesar das crises ou interrupções momentâneas, a sociedade está melhor organizada com mais igualdade, maior

¹ Profesor Emérito de la Universidad de Barcelona, donde ha sido Catedrático de Geografía Humana. Ha sido profesor o investigador invitado en diversas universidades europeas y americanas y es Doctor Honoris Causa por la Universidad Nacional de San Juan, Argentina (1999), por la Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina (2002) y por la Universidad de Buenos Aires (2010). Ha dirigido más de setenta Tesis Doctorales y un elevado número de tesis de licenciatura y memorias de investigación del Diploma de Estudios Avanzados (DEA). Sus publicaciones se iniciaron en 1964, y desde entonces ascienden a varios centenares, en revistas científicas de una docena de países. Sus trabajos pueden leerse, publicados originalmente o traducidos, en castellano, portugués, inglés, catalán, italiano, francés y alemán

cultura generalizada, com a diminuição do número de analfabetos, com maior liberdade e possibilidades do que nunca. A ciência atingiu níveis muito altos e, contando com isso, o mundo está muito melhor. Alguns autores estimam que, nos últimos cem anos, a pobreza, a desnutrição, o analfabetismo, a exploração do trabalho, a mortalidade infantil, a expectativa de vida e outros indicadores de qualidade estão melhorando mais rapidamente do que nunca na história da humanidade².

Recentemente, os ideais do Iluminismo inspiraram outro autor, que também mantém uma visão otimista e, com um arsenal de dados quantitativos, mostra progressos espetaculares em muitos indicadores do bem-estar humano: em anos de escolaridade, saúde, comida, igualdade social e outros³. O crescimento que ocorreu nos últimos 250 anos foi considerado um episódio único na história da Humanidade⁴.

Você pode concordar com essas descrições dos avanços da Humanidade; e defender que somente com otimismo é possível enfrentar os problemas. Mas agora devemos considerar algumas coisas novas que pioraram a situação e levaram ao pessimismo. O capitalismo criou imensa riqueza, mas falhou em distribuí-la e gerou grandes problemas; ainda existem diferenças profundas e enormes injustiças, a riqueza de hoje poderia ser melhor distribuída, existem povos e grupos sociais em uma situação de pobreza generalizada. Existem diagnósticos numerosos e muito precisos sobre as coisas erradas do ponto de vista social, econômico e ambiental.

O crescimento faz parte da essência do capitalismo, tentando garantir lucros através da exploração do trabalho, aumentando a produção, o consumo generalizado e crescente e a especulação financeira.

Mas o crescimento ilimitado tem sido desastroso para o planeta. Isso gerou sérios problemas ecológicos globais: deterioração da natureza; buracos de ozônio; mudança climática e aquecimento global de origem antrópica; perda de biodiversidade e extinção de espécies; contaminação por pesticidas, fertilizantes e compostos químicos; geração de lixo que afeta o meio ambiente e a saúde; degradação dos oceanos e sistemas florestais; desertificação;

² Norberg 2017.

³ Pinker 2018.

⁴ Gordon 2012.

esgotamento da fertilidade das terras agrícolas devido a atividades intensivas e extensão da monocultura. Também nos países comunistas, o produto de crescimento das forças produtivas 'foi ampliado e intensas políticas de desenvolvimento foram seguidas.

Desde a década de 1960, houve pedidos de atenção e críticas ao crescimento, que foram consolidadas em 1972 com o Relatório ao Clube de Roma sobre os limites do crescimento⁵, que tiveram um grande impacto nas organizações governamentais, institucionais e acadêmicas. Novos conceitos questionados durante essa década e no próximo desenvolvimento ilimitado. Como o termo 'ecodesenvolvimento', proposto na segunda metade da década por Ignacy Sachs⁶; e o conceito de 'desenvolvimento sustentável', preparado em 1987 pelo Relatório Brundtland, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, como um crescimento capaz de “atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer as possibilidades de os futuros para atender suas próprias necessidades”⁷.

A relevância desses termos foi questionada, considerando que eles são cheios de boas intenções, mas geralmente são expressões muito ponderadas para continuar com o crescimento econômico. De qualquer forma, "sustentável" é um termo que tem, pelo menos, a virtude de reconhecer que o desenvolvimento geralmente realizado é de fato pouco respeitoso da natureza e destrutivo; Ajudou a espalhar a ideia de que as condições do meio ambiente e os limites impostos por ele devem ser os pontos de partida essenciais para a ação⁸.

O crescimento ilimitado típico do capitalismo enfrenta recursos naturais finitos. Em face do desenvolvimento ilimitado, a redução ou redução controlada da produção econômica foi proposta para alcançar um novo equilíbrio entre as sociedades humanas e a natureza⁹. Ou mesmo crescimento de soma zero, para que o crescimento dos países mais pobres seja feito com uma redução nos mais ricos.

⁵ Uma História em Tamames 1979.

⁶ Sachs 1978. 1980 e 1981.

⁷ Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland): Nosso Futuro Comum da ONU (11/12/1987).

⁸ Naredo e Valero 1999.

⁹ Taibo 2009, Bayon. Flipo, Schneider 2011.

Foi imposta uma ideia negativa da natureza humana, na qual a ganância, a ampliação dos valores pecuniários e o desejo de acumular renda são visíveis, mesmo às custas dos trabalhadores¹⁰.

Relatórios de organizações internacionais como Habitat ou Banco Mundial¹¹ fornecem dados preocupantes sobre os problemas e desigualdades do mundo. E abundantes estudos enfatizam o poder humano destrutivo sobre a natureza, tão brutal que levou a falar de um novo estágio geológico, o Antropoceno, no qual o homem se tornou uma força geológica global que está transformando massivamente natureza¹².

Recursos minerais com limites, como petróleo e outros, estão sendo explorados: “Gaia pode ser convertido em Thanatia” para a exploração de recursos finitos, cuja perda anual pode ser contabilizada, e eles devem ser gerenciados de maneira diferente¹³. Temos que nos opor à natureza de se tornar mercadoria.

Também houve uma urbanização generalizada, com grandes áreas suburbanas, e problemas energéticos estão presentes, com a necessidade de descarbonizar através de períodos de ajuste ou transição energética. A cidade se expande pelo território circundante, em solos de vegetação agrícola ou natural, obtendo intensas reavaliações; e são criadas regiões urbanas ou metropolitanas fortemente urbanizadas¹⁴. O crescimento em altura usando a infraestrutura existente multiplica os ganhos de capital da terra urbana. Desde 1990, os projetos urbanos mudam de escala; eles se tornam grandes projetos a serem visíveis internacionalmente, que é a escala na qual agentes financeiros e grandes empresas imobiliárias agem e com parcerias público-privadas.

A tudo isso deve-se acrescentar injustiça e desigualdade social, violação de direitos humanos, conflitos geopolíticos, políticas de guerra no exterior e no interior, imperialismo, deslocamento da população e muitos outros.

Desde meados da década de 1970, as políticas neoliberais se opõem às regulamentações estaduais e públicas em geral, e aos padrões de proteção

¹⁰ Naredo, 2015.

¹¹ Veja uma lista deles em <<http://www5.bancomundial.org/investigacion/publicaciones.htm>>. O de 2017 é intitulado Acabar com a pobreza extrema e aumentar a prosperidade compartilhada.

¹² Rull 2018; outros argumentos sobre a ação humana em Klein 2015.

¹³ Valero Capilla e Valero Delgado 2014.

¹⁴ Indovina 2009, Brenner 2016, Nello e Mele 2016.

desenvolvidos pelos governos liberais ou social-democratas durante os anos de 1945 a 1975, o que permitiu a construção do chamado Estado de Bem-Estar em muitos países. desenvolvido. A esfera pública encolheu nos últimos anos, com saques do domínio público.

Várias décadas de políticas neoliberais levaram a muitas privatizações. Mas a tendência ainda continua, muitas vezes, em muitos países, e são feitas tentativas para se estender a quase tudo o que resta nas mãos do público. No Brasil, o Presidente Michel Temer realizou um forte programa de privatizações em 2017, o maior em vinte anos; meia centena de ativos estatais serão destinados a mãos particulares, em suas propriedades ou em sua administração; entre eles a Eletrobrás, a maior empresa de eletricidade da América Latina. Os ativos privatizados são bens públicos, que devem continuar sendo para o benefício de todos e não do capital privado que os adquire.

Durante quatro décadas, foram feitas tentativas para reduzir os salários para garantir os benefícios dos empregadores e limitar o poder dos sindicatos e organizações. Ainda hoje continua com essas estratégias. Na França, o presidente da República, Emmanuel Macron, lançou um plano de reforma trabalhista no final de agosto de 2017 que significa diminuir a demissão, reduzir os direitos trabalhistas dos trabalhadores e tentar coibir a intervenção dos sindicatos, afirmou. favorecer a criação de emprego, tentando aumentar a confiança dos empresários e 'incentivá-los a contratar'. Facilita redundâncias coletivas impróprias, estabelece um teto para compensação, aumenta a flexibilidade das empresas.

A redução das taxas de benefícios dos setores industrial e de serviços por duas ou três décadas fez com que a acumulação pela produção de mercadorias perca importância relativa e que faltam alternativas atraentes para realizar investimentos. O capital optou principalmente por lucros por meios exclusivamente monetários¹⁵ e direcionou o investimento para o setor financeiro e o investimento imobiliário cada vez mais especulativos.

Frequentemente, os bancos investem em mercados financeiros, dos quais obtêm mais benefícios do que nas atividades bancárias comuns. As principais empresas obtêm muitos benefícios com a emissão de ativos financeiros. O

¹⁵ López e Rodríguez 2010, p. 55.

capital financeiro obtém grandes lucros com as absorções das empresas e ganhos de capital com a venda de ativos. Em situações de crise, eles podem vender no prazo, ou são devidamente recolhidos pela administração pública. Apesar das crises, os mais ricos ainda ficam mais ricos¹⁶.

O capitalismo está cheio de práticas de desapropriação, expropriação e apropriação de valor por parte das empresas e, principalmente, pelas grandes corporações econômicas e financeiras. Eles também podem realizar práticas oligopolistas ou monopolistas, contra a retórica sobre os benefícios do mercado e da concorrência perfeitos. E eles se opõem a regulamentos e normas públicas ou estaduais, enquanto realizam inúmeras práticas ilegais: da corrupção e do engano corporativo aos usuários sobre a qualidade dos produtos vendidos (como fizeram a Volkswagen e outros fabricantes de automóveis) para a fraude bancária e fraude de capital financeiro. Que, sem contar com a profunda ignorância das práticas e estratégias de empresas financeiras e fundos de investimento e grandes corporações de gestão de ativos, e como elas serão afetadas por mudanças na situação econômica, em um mundo que os analistas chamam de "cruel".

O setor financeiro escapa ao controle democrático e surgiu uma classe capitalista transnacional, com a qual o Estado-nação está sendo substituído por uma nova forma, o estado transnacional¹⁷. Os estados são endividados, com pouca capacidade de manobra devido à influência das potências econômicas neles. O capital monopólio e as grandes empresas atuam na gestão do Estado, diretamente ou através da conexão com políticos que obtêm contratos, megaprojetos, requalificações de terras. As relações de políticos americanos e europeus com grandes bancos e empresas financeiras, como o Goldman Sachs e muitos outros, têm sido objeto de reclamações há vários anos.

Embora o mundo como um todo hoje tenha menos pobreza relativa do que no passado, os números para os pobres permanecem muito altos e podem aumentar, devido ao crescimento da população mundial e à manutenção de situações de exploração. Além disso, as diferenças de renda entre ricos e pobres aumentaram como resultado da aplicação de políticas neoliberais; com uma

¹⁶ Dados em Naredo 2015, O. 25-37.

¹⁷ Robinson 2004, capítulos 2 e 3.

população contratada temporariamente com baixos salários e com menores possibilidades de emprego devido aos avanços tecnológicos.

Existem numerosos estudos que insistem no declínio nos padrões de vida e na insegurança no emprego de grandes grupos da população mundial, em comparação com um pequeno número de pessoas imensamente ricas. A desigualdade social e territorial, o controle da economia e os benefícios para cada vez menos mãos, a superprodução ligada ao subconsumo e outros estão causando sérios conflitos, que podem aumentar no futuro.

A globalização, de fato, significou um aumento nas possibilidades de sonegação de impostos, o movimento de um país para outro, a fuga para paraísos fiscais, o sistema tributário projetado para o benefício dos ricos. As classes proprietárias têm grande força internacional; O domínio público das economias nacionais diminui e passa para as mãos privadas de uma oligarquia que pode se mover internacionalmente facilmente e realmente se beneficia da globalização. O sigilo bancário e todos os paraísos fiscais permitem que grandes empresas violem as regras e obrigações tributárias com o Estado¹⁸. Os Estados muitas vezes decidiram ser mais fiéis às demandas dos mercados financeiros do que às suas obrigações para com os cidadãos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a busca por equidade social, crescimento econômico e democracia foi considerada para dar legitimidade ao capitalismo. Hoje essa legitimidade foi perdida. Os sistemas democráticos foram transformados em benefício de altas rendas e empresas. As elites parecem secretamente a favor de regimes autoritários, descrentes da democracia, para promover políticas de crescimento; eles temem que a maioria popular imponha limites às políticas neoliberais e aproveitem a atual fragmentação política resultante das eleições. A tendência para uma maior desigualdade parece não ter fim. Há uma degradação e deterioração moral do capitalismo, que muitas vezes é identificada com a corrupção.

A disparidade no desenvolvimento, o aumento das desigualdades econômicas e sociais e a crescente população desempregada e mal remunerada, em condições dolorosas ou com contratos inseguros, produzem movimentos de protesto e podem levar a uma reação social violenta e o perigo

¹⁸ El País, 28 de fevereiro 2018, p. 39.

de insurreição popular. A racionalidade econômica capitalista está causando enormes danos, com perigos de explosões de fúria e protestos populares¹⁹.

O FIM DO CAPITALISMO E AS ALTERNATIVAS PARA CONSTRUIR A SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

Muitos têm apontado repetidamente sérios problemas na Humanidade, e detectado fortes contradições internas que nos permitem prever o fim do capitalismo²⁰. Desde o início do século XX, a crise do capitalismo tem sido descrita de diferentes maneiras e também foi deslocada ao longo do tempo, enquanto várias adaptações e transformações do sistema foram identificadas. Numerosas vozes foram ouvidas sobre seu colapso e sua "crise geral e catastrófica", e esses anúncios se intensificaram nos últimos anos.

O regime de acumulação capitalista não parece capaz de se limitar. Foi dito que "não há lugar para reformas de cima". Também foi escrito que "não há alavanca que, dentro do Estado, não possa mais abrir um processo de democratização e controle do produto social financeirizado, mas uma intervenção que visa a reforma do 'modelo de crescimento'"²¹.

Alguns autores consideram que o capitalismo entrou "em um período de profunda indeterminação, em que coisas inesperadas podem acontecer a qualquer momento", que existem causas simultâneas e "multimorbidade, nas quais vários distúrbios que geralmente se reforçam mutuamente coincidem", e que existe "uma dinâmica inteiramente endógena de autodestruição". Foi possível afirmar que "o capitalismo superou seus oponentes e, nesse processo, tornou-se mais capitalista do que era conveniente". O que foi chamado de 'os três cavaleiros do Apocalipse' do capitalismo (estagnação, dívida e desigualdade) e os distúrbios sistêmicos que o afetam, destroem o cenário econômico, social e político. Embora não se saiba muito bem o que acontecerá, teme-se que, após um estágio de desordens graves, o sistema leve a "algo que seria menos do que uma sociedade, uma sociedade pós-social ou um substituto

¹⁹ Entre os que anunciaram sérios conflitos sociais na crise do capitalismo está William Robinson 2004, cap. 4)

²⁰ Morin 2011, Harvey 2007, 2013, 2014; Wallerstein *et al.* 2013, Derluguian 2016, Streeck 2017; Boada, 2017, entre otros.

²¹ López e Rodríguez 2010, p. 484 e 485.

para a sociedade"²². Existem inúmeras indicações que anunciam a possibilidade de uma 'catástrofe ecológica', outros falam da necessidade de uma 'mudança de civilização'²³, e alguns que acreditam que a crise do capitalismo será de toda a Humanidade.

Movimentos violentos da oposição ao capitalismo desumanizado podem se espalhar para muitos lugares, e pode-se temer que eles causem reações repressivas que causarão muitos danos. As classes rentistas, em seu relacionamento com o Estado, poderiam adotar atitudes autoritárias para sobreviver ao sistema econômico e social. É por isso que devemos pensar em outros caminhos possíveis nos estados democráticos: da organização social ao debate de alternativas, e a realização deles por meio de legislação, a qual nesses países depende em última análise os cidadãos de nós mesmos.

A esquerda fragmentada costuma atuar fora da oposição institucional, de maneira desorganizada. Existem muitos movimentos de oposição chamados "anti-capitalistas" e "anti-sistemas", que se tornam porta-vozes dos descontentes, mas que não conseguem se organizar e propor alternativas ambiciosas e coerentes; e muitos movimentos chamados populistas surgem assustados com o futuro e olham para um passado imaginário; e movimentos que rejeitam a modernidade apoiada por fundamentalismos religiosos. Os protestos locais são gerados, sem conexão, descoordenadamente, violentos, que aumentam conflitos e desordens, sem propostas concretas, ambiciosas e coerentes para criar uma nova ordem. As classes se fragmentaram e a solidariedade de classe foi perdida com frequência. Existe o perigo de insurreições populares, como forma de expressar protestos políticos e sociais.

O pior que pode acontecer é que as estruturas sociais se tornem instáveis, desorganizadas; uma situação sem segurança, cheia de incertezas, com grandes riscos que afetam os grupos sociais de maneira muito desigual. Embora existam pessoas que parecem preferir essa situação, não é certo que algo positivo saia dela. Uma situação que causa desconforto e insegurança e que pode apoiar exige uma ordem de ferro antidemocrática.

Uma nova esquerda unitária deve aparecer, apresentando fortemente a imagem de um futuro alternativo, progressivo e mais justo. O que há agora são

²² Streeck 2017, p. 27-29, 33 e 52.

²³ Lowy 2011, p. 31.

oposições muito diversas ao capitalismo e ao Estado democrático em questão, incapazes de apresentar uma alternativa ambiciosa e coerente; ou alternativas mais limitadas que têm implicações importantes.

Fazer demandas por coisas que podem ser alcançadas e aumentá-las constantemente até que sejam alcançadas é um meio relevante para a mobilização crítica dos cidadãos. Isso pode pressionar o poder, forçando-o a fazer concessões sobre questões que podem levar a outras demandas. Por exemplo, na transferência da propriedade de moradias individuais para apenas duas ou três gerações, que, uma vez alcançadas, podem permitir outras demandas na transferência de grandes propriedades.

Melhorias substanciais podem ser feitas com o voto democrático. Podemos confiar em mudanças democráticas, e até Marx sentiu que os trabalhadores poderiam impor leis estaduais²⁴. É verdade que o que vemos na Europa vai muitas vezes na direção oposta, com votos cada vez mais para a direita. Mas isso também ocorre como resultado da abstenção e fragmentação do voto da esquerda, e porque as alternativas não são claras. Para isso, é necessário propor medidas e convencer as pessoas. São necessários programas para redistribuir a riqueza, o que pode ser feito em sistemas democráticos com o voto e com a pressão popular.

Desde os tempos antigos, as utopias foram desenvolvidas diante de uma situação considerada deficiente para melhorá-la. Não há dúvida de que essas elaborações apresentam modelos de sociedades alternativas e, nesse sentido, devem ser consideradas, como fizemos no XIV Colóquio Geocrítico²⁵. Mas não deve enfatizar apenas a utopia como uma situação ótima e imutável a ser alcançada; O que existe é uma série de problemas que devem ser abordados, e o que devemos fazer é projetar as alternativas, discuti-las, torná-las mais sólidas e lutar individual e coletivamente por sua implementação.

Como resultado das pressões democráticas, algumas mudanças foram produzidas para melhorar as condições de vida da população. Mas é preciso muito mais. Há cada vez mais pessoas que concordam com a necessidade de mudanças no modelo econômico. Uma alternativa deve ser construída e amplamente apoiada pela maioria da população, que deve tentar concordar com

²⁴ Streeck, p. 41.

²⁵ Benach, Zaar e Vasconcelos 2016.

urgência. Pode-se mostrar que apenas os ideais da esquerda podem salvar o mundo, o que é tão convincente que podemos esperar que o centro e uma parte da direita também apoiem essa opção.

De qualquer forma, no momento, as alternativas para os problemas atuais devem ser anticapitalistas. Para os quais os diagnósticos da situação e a análise das contradições internas do capitalismo são essenciais, como foi feito na economia ecológica, na geografia e em diferentes perspectivas críticas das ciências sociais

Não está claro o sistema econômico que deve substituir o capitalismo, devido ao fracasso dos sistemas comunistas que foram construídos em alguns países. As alternativas elaboradas devem surgir do conhecimento e debate público do que já existe, das críticas econômicas e sociais do sistema capitalista, do marxismo e do comunismo no que tiveram de libertadores e avanços evidentes, dos movimentos libertários, das propostas utópicas, daqueles que tentam relacionar a análise dos processos ecológicos com o mundo físico e social em que são produzidos, das iniciativas que estão sendo tomadas pelos movimentos sociais críticos, das inovações que estão surgindo em muitos lugares.

Deve-se acrescentar que você não pode destruir tudo o que existe, fazer uma prancha plana e começar do zero. Talvez possamos afirmar que muitas coisas do futuro já estão presentes, mesmo que o contexto precise ser alterado. A teoria da subsunção, que Marx usou, nos permite pensar que nas relações pré-capitalistas iniciais havia inclusão de elementos capitalistas e, portanto, aceitar que possa haver um “caminho para o socialismo como uma criação progressiva de processos e relações socialistas subsumidos no espaço capitalista”; Esse conceito abre as portas para a esperança da “emancipação do trabalho em relação ao capital”, pois “esse processo coletivo, complexo e tecnológico pode um dia ser incluído em uma produção não capitalista”, com a convicção de que “no próprio capitalismo, processos que antecipam a sociedade socialista surgiram e se fortaleceram”²⁶. O que parece ser uma boa maneira de pensar sobre o futuro a partir de nossa própria realidade.

²⁶ Bermudo 2015.

A espécie humana vive cada vez mais nas cidades e, de maneira mais ampla, com comportamentos urbanos; portanto, é nessa situação inicial que sua extinção deve ser evitada. Já falei em outra ocasião da forma urbana na sociedade pós-capitalista²⁷. Vou agora falar sobre outras questões, especificamente algumas relacionadas a trabalho, consumo, propriedade e Estado democrático. São propostas modestas, como estímulo para discuti-las e aprofundá-las, e enfrentá-las para outras alternativas apresentadas, discutindo se podem ser aplicadas e como podem ser implementadas.

TRABALHO E SALÁRIOS

O capitalismo conseguiu produzir quantidades surpreendentes de bens, mas não conseguiu distribuí-los. Os empregadores geralmente pagam aos trabalhadores salários insuficientes, abaixo do valor realmente produzido pelos trabalhadores. Nele, a força de trabalho é comercializada, o tempo de trabalho é intensificado para alcançar maior produtividade. O empregador se apropria de uma parte do valor produzido pelos trabalhadores e há exploração do trabalho. As condições de trabalho são frequentemente mantidas com violência.

Faltam regimes comunistas, os países nos quais as políticas social-democratas foram aplicadas e o combate aos baixos salários são escassos, enquanto taxam os ricos para terem recursos para aumentar os serviços públicos e os salários sociais.

Como resultado de desenvolvimentos recentes e políticas neoliberais, os números de desemprego e empregos temporários e mal remunerados aumentaram significativamente e podem crescer ainda mais no futuro. Há uma minoria com renda crescente em comparação com a maioria com salários baixos. O que foi chamado de 'centros de trabalho escravo' cresceu para apoiar uma imensa produção de itens fora da vista dos consumidores, que não sabem sob quais condições eles ocorreram. A abundância de mão-de-obra e a possibilidade de trazê-la do exterior através da migração tornam a força de trabalho disponível para tudo.

²⁷ Capel 2016.

Muitos empregos foram automatizados, e a mudança tecnológica do trabalho por máquinas já é muito forte e aumentará no futuro; O desenvolvimento tecnológico, a automação e a robotização permitem que os trabalhadores sejam dispensados e alguns antecipam que eles possibilitarão a redução de muitos empregos e podem gerar de 50 a 70% de desemprego em meados do século XXI²⁸. Os sindicatos perdem força e os trabalhadores não têm poder para se opor ao impacto das mudanças tecnológicas. Mas alguns cálculos demográficos preveem uma estagnação da população mundial a partir de 2030²⁹, que estará ligada a altos níveis de envelhecimento.

Teremos que discutir muito para tentar alcançar acordos sociais sobre diferenças de renda e riqueza que sejam ética e socialmente aceitáveis. Certamente, diferenças salariais justificadas relacionadas à propensão ao trabalho e ao esforço individual podem ser admitidas. Mas salários mínimos e máximos devem ser estabelecidos. As diferenças salariais não devem exceder uma certa proporção; por exemplo, a distância entre a mais alta e a mais baixa pode ser de 1 a 3 ou de 1 a 4³⁰, e a mesma pode ser acumulada por esforço pessoal, com fortes limitações na transmissão de herança através do imposto sobre herança.

Serão feitos esforços para evitar trabalho fragmentado, segmentado e alienado, fazendo com que o trabalhador tenha uma ideia completa do processo de produção ou dos serviços que desenvolve e se orgulhe de seu trabalho. Talvez as tarefas mais pesadas e repetitivas devam ser alteradas de tempos em tempos, para que não causem consequências negativas para os trabalhadores e possam estimular sua capacidade mental, criatividade e desenvolvimento pessoal.

A possibilidade de dispor de meios suficientes para viver com dignidade deve ser garantida. Salários decentes e renda mínima para todos garantirão a demanda por produtos e serviços industriais.

²⁸ Randal Collins, cit. Por Streck 2017, p. 25; embora também haja quem acredite que os empregos não diminuirão, mas os salários, Luis Doncel em El País, 1 de abril de 2018, p. 36, citando o artigo de David Autor e Ana Salomón, Robocalypse agora.

²⁹ Ver previsões da população mundial no Mcminsey Global Institute Raport 2016, Harvey 228, com dados de 2012.

³⁰ Atualmente, na Espanha, as empresas listadas no Ibex 35 têm uma diferença de 1 a 98 entre o salário de funcionários e gerentes, David Fernández, El País-Negocios 22-4-2018, p. 2-4.

O número de ocupações e especializações de emprego cresceu imensamente na era contemporânea, tornando a divisão do trabalho muito mais complexa; e sem dúvida outras ocupações aparecerão. É necessário redistribuir e distribuir o trabalho e, possivelmente, reduzi-lo, pois não será necessário produzir bens supérfluos e somente o necessário será produzido³¹. A produção pode ser ajustada à demanda realmente existente. Tem que ser produzido para atender às necessidades da população; são os de reprodução e sobrevivência e de desenvolvimento pessoal em todos os aspectos, do intelectual e cultural ao lazer. O trabalho deve ser usado para produzir bens e serviços úteis para a comunidade, não para produzir bens inúteis, prejudiciais ou supérfluos.

Não haverá apropriação de superávits econômicos do trabalho. A segurança social deve cobrir os direitos de aposentadoria. E haverá uma renda básica garantida para todos.

O trabalho não é apenas uma atividade paga; é uma dimensão humana essencial e deve mudar seu valor. Deve servir para a autorrealização das capacidades humanas para o bem e permitir a socialização. Não serão apenas os economicamente remunerados, pois existem muitas ocupações em benefício da família ou da comunidade que são realizadas sem a contrapartida econômica³².

Muitos trabalhos são realizados sem compensação financeira, a serviço da família ou da comunidade; Como cuidar de pessoas Haverá muitos empregos compartilhados para o benefício da sociedade. O trabalho árduo e doloroso, de responsabilidade, importante para a comunidade, o mais isolado, o mais pesado, deve ser altamente valorizado e terá uma maior remuneração, em consideração econômica e social.

A economia colaborativa poderia ser uma boa maneira de distribuir o trabalho³³. Mas, embora às vezes seja chamado assim, hoje a economia de empregos esporádicos apoiados pela Internet (economia de gig), os sistemas de demanda e oferta não podem ser considerados como tais. de plataformas digitais usadas por grandes grupos de negócios (Amazon, Deliveroo, Cabify, Airbnb ou

³¹ Naredo 2017, capítulo final "Diálogos sobre a noção de trabalho". Veja também IV Colóquio Geocrítico sobre "Trabalho" <<http://www.ub.edu/geocrit/prog-c4.htm>>.

³² Naredo, 2006, cap. "A mitologia da produção e do trabalho"; Capela Valero e Naredo 1999.

³³ Botsman e Rogers 2010.

Uber)³⁴. Eles certamente oferecem vantagens para os consumidores, mas - no estado atual - poucos trabalhadores, por serem autônomos, terceirizados, temporários, precários e com más condições de trabalho, em vez de serem empregados com salários e previdência social. Aqueles que trabalham neles são forçados a aceitar esses empregos porque não têm outros.

A economia colaborativa deve ser de propriedade coletiva, em organizações controladas por trabalhadores, estruturas cooperativas, mútuas e comunitárias. Você precisa ter o controle da rede usada para distribuir o trabalho. A disciplina trabalhista será amplamente discutida, decidida e aceita pelos trabalhadores, ciente da importância social do trabalho coletivo que desenvolve.

Empregos estáveis e a limitação do horário de trabalho devem ser garantidos. Será possível combinar tempo de trabalho com vida familiar, caso os trabalhadores o desejem. Legislação muito estrita e educação secular significarão que não há diferenças no emprego em relação a gênero, raça ou religião.

Desde o século XIX, as empresas têm se interessado por inovações tecnológicas que aumentam a produtividade e a eficiência na organização do trabalho. Na sociedade pós-capitalista, a inovação científica e tecnológica será produzida continuamente e pode ser amplamente aplicada para reduzir o trabalho humano.

A tecnologia deve estar a serviço das necessidades, deve ser usada na medida em que contribui para reduzir o trabalho e o esforço. No sistema econômico atual, a tecnologia não apenas concede tempo livre aos seres humanos, como também tem sido muito eficaz em ocupá-los continuamente com jogos eletrônicos, conexão permanente, fluxo permanente de notícias irrelevantes ou fofocas.

O tipo de qualificação necessária para o trabalho na era da automação e robotização é muito especializado para tarefas de criação e pouco para tarefas auxiliares.

Talvez o último, que envolva trabalho alienado e mais difícil, deva ser compensado economicamente e em consideração social.

³⁴ Smicek 2017.

Um serviço social essencial será a educação, sempre pública, que garanta igualdade e convivência social. Não será permitida a privatização de instituições de ensino, que algumas vezes realizam uma educação a serviço da capital ou de ideologias religiosas ou outras. A melhoria da preparação do cidadão trabalhador terá um impacto nele e na sociedade.

O Estado terá que encontrar recursos para garantir renda básica para toda a população, incluindo os desempregados. Deve haver um acesso compartilhado a serviços e produtos. Além do salário pelo trabalho realizado, haverá o equivalente a um salário social, facilitado amplamente pela administração pública; através dos direitos à educação, saúde, moradia, serviços sociais básicos, cultura e lazer, invalidez e aposentadoria. Sem mais encargos financeiros do que os necessários para a operação dos serviços, tudo de forma transparente. Os beneficiários de renda básica ou seguro-desemprego e aposentadoria devem, se possível, trabalhar para a comunidade.

A LIMITAÇÃO NECESSÁRIA DO CONSUMO

Haverá inúmeras formas de assistência mútua e solidária: cooperativas, autogestão dos trabalhadores e novas formas, como as economias solidárias. A qualidade de vida, o bem-estar coletivo e as condições de trabalho podem ser melhorados através da cooperação. Os sistemas de produção devem ser organizados em que os trabalhadores controlem coletivamente seu trabalho e seu produto.

O capitalismo tenta obter o benefício máximo. Daí a necessidade de expansão interminável dos mercados e, quando estão ausentes, tentam aumentar a demanda por meio do consumo. O aumento da produção de bens leva à extensão de seu consumo para absorver a produção, estimulando desejos, criando artificialmente novas necessidades para a população, que exige repetidamente muitos bens que não são necessários. Como muitos empreendedores disseram, e o dono da Amazon, Jeff Bezos, um dos homens mais ricos do mundo, repetiu recentemente, o importante é gerar uma

necessidade antes que o cliente a tenha, ou “gerar uma necessidade de um costume adotado pelo consumidor”³⁵.

A produção fordista tornou possível a fabricação maciça de produtos padronizados e cada vez mais baratos; Produção não era problema, mas marketing. Alguns produtos que antes eram inimagináveis se tornaram comuns a grandes grupos sociais. O que pode ser possível devido às melhorias no desempenho das máquinas e na realocação da produção.

A partir de um certo momento, as populações ficaram sujeitas a empresas poderosas que impulsionaram o consumo através do uso de propaganda e moda. Às vezes com efeitos prejudiciais à saúde: empresas farmacêuticas que pressionam pelo consumo de medicamentos, empresas de produtos químicos, fertilizantes, alimentos e outros artigos, que defendem o consumo de seus produtos, sem levar em conta as consequências para a população. Diante disso, é necessário partir das necessidades razoáveis da população e produzir o que é necessário para viver com dignidade. A atividade produtiva deve ter como objetivo fornecer valores de uso pelo preço certo. Os bens serão avaliados não apenas pelo custo de obtê-los, mas o custo da deterioração ecológica que isso implica, se houver, será acrescentado a eles³⁶.

Nas últimas décadas, mais um passo foi dado, tentando se adaptar ao gosto dos clientes e oferecendo a maior quantidade de artigos e serviços. A produção pode ser segmentada para adaptar-se ao gosto do cliente, que pode ser manipulado através da publicidade. Ele tenta estimular e satisfazer desejos pessoais em uma sociedade opulenta, com clientes cada vez mais ansiosos. As forças do mercado, que desde o século XIX, haviam penetrado cada vez mais na sociedade, se espalharam e atingiram os anseios e apetites. O capitalismo não tenta mais cobrir as necessidades existentes, mas cria novas. Tente convencer os grupos sociais que vivem com suas necessidades atendidas, que eles têm muitas deficiências, para que os benefícios do capital possam continuar aumentando.

O consumo é estimulado a ter um sentimento de felicidade. Há uma forte pressão para adquirir bens desnecessários, um impulso à emulação com outras

³⁵*El País. Negocios*, 10 septiembre 2017, p. 2-5.

³⁶Naredo 2009, 2ª ed. 2015.

peças e diferenciação social ou pertencer a um grupo através do consumo e relacionamento com outros grupos que possuem o mesmo consumo específico.

Que pode ser explorado e manipulado pelo marketing, com o conhecimento dos anseios e tendências profundas das pessoas. O atendimento ao cliente serve para expansão comercial: são criadas ilusões para incentivar o consumo e manter a produção de mercadorias. A diferenciação pessoal foi estendida a roupas, relógios, cosméticos, esportes de saúde, patrocinando vários produtos para exercícios físicos e corpo, sapatos e camisas. Uma competição pelo consumo foi alcançada, estimulando o desejo de consumir mais do que outros; um narcisismo consumista foi imposto, em uma aspiração que parece não ter limites. O consumismo apoia o capitalismo e o mantém, os consumidores podem ser considerados aliados e detentores de capital.

A duração dos bens consumidos foi tentada a diminuir pelo capitalismo, a estimular sua obsolescência e a compra de novos. Na sociedade pós-capitalista, o consumo excessivo de bens deve ser limitado: as necessidades devem ser reduzidas e modestas. Os itens de consumo serão o maior tempo possível, e a obsolescência programada não será permitida. O controle de qualidade da produção será muito rigoroso para obter itens que possam durar o maior tempo possível, devido à natureza dos mecanismos ou das matérias-primas utilizadas em sua fabricação. E os indivíduos não serão pressionados a se tornar consumidores compulsivos. Tampouco será utilizado o mecanismo da moda, o desejo de distinção, a busca de novidade permanente, que leva ao desperdício.

O consumo deve ser interrompido porque multiplica não apenas os desejos, mas também as necessidades, de uma maneira muito superior às possibilidades de satisfação, causando estados de ansiedade e frustração. Quem consome mais não será valorizado, mas quem consumir menos e publicidade não será aceito, além das informações de um produto. Faz parte da educação fugir da publicidade e penalizá-la. Quando as necessidades básicas são atendidas, não há necessidade de estimular novos desejos por meio da publicidade e da moda. Alega-se que o desejo humano é ilimitado e a capacidade de imaginar o consumo também. Nesse caso, devemos limitá-lo: no mundo pós-capitalista, limites terão que ser impostos a muitas coisas.

Não é aceitável que empresas e mercados decidam o que é útil para a vida. Em particular, produtos de luxo não serão produzidos para uma população

privilegiada, mas todas as mercadorias serão relativamente homogêneas, embora com variedade suficiente para satisfazer, dentro de um pedido, as peculiaridades específicas e desejos individuais.

Todos têm que fazer um consumo semelhante que lhes permita ter uma vida aceitável, usufruir de bens que são disponibilizados aos consumidores pelo seu valor de uso. O crescimento de soma zero significa que os mais pobres têm que aumentar o consumo às custas da diminuição dos mais ricos.

Devem ser criados os agentes e instituições necessários para criar um mundo habitável, que não pode ser o de transbordar consumo e mercantilizar tudo, da natureza ao trabalho e lazer.

A tendência de comercializar o lazer deve ser limitada, o que antes era gratuito em muitos casos. A sociedade do espetáculo permanente, como forma de mercantilização do lazer, do consumo compulsivo, deve ser evitada. O esporte de prática individual ou em equipe não será comercializado. No esporte, os clubes serão incentivados a competir com os jogadores da própria cidade, e nenhuma contratação de outros jogadores não ligados a ela poderá ser feita.

SETOR IMOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

O sistema legal e o Estado é o que regula a propriedade. Nos estados democráticos, leis que limitam esse direito podem ser desenvolvidas e aprovadas.

Na propriedade individual do século XIX, os direitos de propriedade únicos e exclusivos, que antes eram patrimônio de muitos, foram ampliados diante de visões mais valorizadas da propriedade coletiva³⁷. Na sociedade pós-capitalista, a propriedade privada de grandes empresas e corporações econômicas não será admitida. É claro que não haverá propriedade sobre os meios de financiamento e sobre os grandes meios de produção.

O usufruto será privilegiado, o uso ativo dos bens; A infraestrutura física sempre será pública. A natureza será propriedade pública e usufruída pelos grupos sociais que as utilizam, com condições. Os valores da natureza não

³⁷ Congost 2007.

podem ser monetizados, convertidos em valores de troca, em mercadorias, como o capital faz agora.

Por outro lado, a propriedade individual da casa e os meios de produção de natureza pessoal ou familiar serão admitidos quando o trabalho for realizado pelos mesmos proprietários (exploração agrícola, oficinas, produção e reparo...), desde que não possam ser fundidos. outras propriedades.

Um serviço social básico segurado será a habitação. A habitação deve ser considerada como valor de uso. Não deve haver segregação de moradias, trabalho ou acesso a serviços, por características raciais ou outras.

O mais geral será a existência de ativos de propriedade comum, gerenciados coletivamente³⁸. É importante criar instituições de gestão coletiva de bens comuns, de riqueza.

De qualquer forma, os impostos sobre herança farão cumprir fortemente os direitos de propriedade individuais. A transmissão disso deve ser limitada à terceira ou quarta geração, passando então para bens públicos. A propriedade imobiliária não terá capacidade e poder para extrair renda da terra ou propriedade que possui, como é agora.

O papel que o setor imobiliário representa hoje na acumulação de capital é muito importante. Melhorias na vizinhança, investimentos em equipamentos e outros aumentam o valor da casa sem que o proprietário invista nada. Nas cidades pós-capitalistas, esses aumentos de valor, essas mais-valias, não podem ser aceitos. Não será admitido que a habitação é um instrumento especulativo por parte dos usuários, e muito menos o investimento especulativo em habitação.

O setor imobiliário não tem como objetivo responder às necessidades dos habitantes da cidade, mas é dirigido pela própria lógica especulativa, que busca maximizar os lucros. Agentes de construção ou imobiliários direcionam o desenvolvimento urbano e a transformação da cidade. As capitais se desviaram cada vez mais do investimento industrial devido aos problemas que apresentou e se concentraram nas finanças, tentando obter receita financeira e investimentos em imóveis e terrenos no território circundante às cidades. O aumento espontâneo ou provocado de preço produz valiosos ganhos de capital.

³⁸ Capel 2003.

Capitalistas de todos os tipos estão interessados na aquisição de prédios, em reformas para moradias, residentes ou turistas. Políticas neoliberais favorecem essa evolução. Na sociedade pós-capitalista, tudo isso será feito pela administração pública, em benefício da comunidade.

O conhecimento deve ser acessível a todos. A comercialização e a privatização de ativos naturais devem ser evitadas. Os direitos de propriedade avançaram no sistema capitalista e estenderam-se ao conhecimento como direitos de propriedade intelectual e processos biológicos (patentes de medicamentos produzidos a partir de substâncias botânicas...). As patentes e os direitos de propriedade intelectual serão protegidos por um curto período de tempo, desde que sejam criados individualmente, mas serão de domínio público mais tarde. No caso de investigações, descobertas ou inovações feitas com assistência pública (ou coletiva), elas sempre estarão em domínio público. Não haverá patentes em materiais naturais, nem no genoma de plantas ou animais, não haverá capacidade de tornar o DNA de seres vivos, engenharia genética e plantas e animais geneticamente modificados e propriedade privada.

No campo da ciência da computação e da comunicação, o controle dos dados e os cálculos que podem ser feitos a partir deles não poderão ser exercidos por empresas (como o Google), mas serão realizados por agentes públicos e sujeitos a controles e forte transparência. As empresas e instituições que controlam bancos de dados terão a obrigação de não os usar para discriminar ninguém e os tratarão igualmente; A privacidade será sempre protegida.

UM ESTADO MAIS DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

Para ter alguma esperança, podemos afirmar que o Estado democrático oferece possibilidades para a reforma necessária e a possível revolução, e possibilidades de ação contra o poder injusto, doutrinação ideológica, burocratização do aparato estatal, intolerância, mercado.

Houve outras propostas de política organizacional diferentes das dos Estados. Lembre-se das chamadas feitas há alguns anos para a Europa das Cidades ou para a Europa das Regiões. Mas ambas as estruturas políticas apresentariam muitos problemas. O Estado é mais social e territorialmente inclusivo e tem maior capacidade de obter e redistribuir recursos.

O Estado e os padrões internacionais acordados devem permitir limitar as diferenças de renda e riqueza da população. O Estado deve fornecer bens e serviços coletivos: estradas, sistemas de comunicação, água, esgoto, educação, saúde e outros necessários. O papel do Estado deve ser fundamental e exclusivo em finanças e bancos.

Muitos serviços podem ser descentralizados para as comunidades locais. Deve haver um equilíbrio entre poder central e poderes descentralizados (regional e local).

O desejo de liberdade guiará a construção de uma ordem social igual e equitativa. Liberdade das condições econômicas da pobreza que limitam a realização de desejos justificados; liberdade com responsabilidade, com limitações impostas por si mesmo e pela ética coletiva acordada. Liberdade para os cidadãos, não para o poder que deve ser estritamente controlado. Na sociedade pós-capitalista, o desejo de liberdade individual será realizado desde que não colidam com os outros.

É preciso buscar e incentivar a solidariedade, a cooperação, a generosidade e o desapego, além de estimular e incentivar o controle social dos cidadãos, como apoio a um sistema mais democrático. Nesse sentido, devemos generalizar a participação do cidadão e controlar as práticas na tomada de decisões e na gestão pública. Organize um sistema verdadeiramente democrático no qual todos se sintam comprometidos com a sociedade e participem de debates e decisões.

Conseguir que os cidadãos não sejam passivos e conformistas é uma tarefa árdua, mas é essencial. Os cidadãos terão direitos e deveres; todos terão o direito e o dever de participar da vida política. O que constitui uma mudança de cultura política, que deve ser apoiada pela educação e estimulada pela mídia

de massa. Pode-se debater que todos os cidadãos podem exercer sucessivamente, de forma rotativa, autoridade³⁹.

O Estado não estará sujeito aos interesses de grandes empresas e corporações privadas ou capital financeiro e poderá atender livremente às necessidades de seus cidadãos. O Estado, por meio de instituições econômicas estatais, precisa planejar a economia e se tornar um agente econômico fundamental. O Estado deve regular as atividades econômicas e os processos que geram consequências prejudiciais para a comunidade, limitando nesses aspectos a liberdade individual e o usufruto.

Dinheiro e crédito devem ser bens comuns regulados pelo Estado, de maneira democrática. A chamada mão invisível e invisível do mercado não funcionará, nem a mão visível das empresas⁴⁰.

Durante anos, os produtos industriais podem ser montados com peças produzidas em diferentes locais. A melhoria do transporte e o desenvolvimento da logística tornam isso possível. Isso permitirá à sociedade pós-capitalista o desenvolvimento industrial em diferentes partes do mundo, com vistas à produção de artigos nos locais onde são necessários, possibilitando a manutenção e dispersão das atividades econômicas em diferentes regiões.

As instituições públicas decidirão a localização das plantas de produção nos locais mais apropriados para obter o benefício social máximo, o que é possível devido à redução acentuada nos custos e nos tempos de transporte. E isso a nível regional, nacional ou internacional.

Não se trata de crescentes desigualdades regionais, em comparação com os processos de concentração típicos do sistema capitalista. Serão feitos esforços para reduzir os custos de atividades centralizadas em grandes metrópoles, reduzindo a poluição, os congestionamentos, o congestionamento e o custo de vida.

Serão feitos esforços para garantir que os territórios desenvolvam plenamente sua capacidade produtiva agrícola para suprir sua população. A demanda por produtos agrícolas distantes ocorreria quando não puderem

³⁹ Até a eleição de muitos dos que precisam exercitá-la foi proposta, como Naredo 207, p. 54, citando Linares 2013 e Albi 2017.

⁴⁰ Chandler 1977, Arroyo 1999.

ocorrer em um território, ou em casos de catástrofes ambientais ou colheitas fracas.

O funcionamento da atividade econômica internacional deve evitar os processos de acumulação circular em algumas áreas e o empobrecimento de outras. Isso pode ser alcançado com a criação de infraestrutura física e social em áreas menos desenvolvidas, direcionando investimentos para elas. Será promovido o desenvolvimento endógeno de cada território; Em um mundo interconectado, as regiões devem ser complementares no que produzem. Será assegurado que os elementos envolvidos na produção possam ser fabricados em áreas geográficas não muito distantes para reduzir a poluição causada pelo transporte.

Não haverá competição internacional inter-regional ou interurbana, mas estratégias de intercâmbio, colaboração e solidariedade para o bem-estar de todos os cidadãos.

A imprensa e a mídia não serão controladas por empresas privadas. O controle deve ser exercido para que isso não aconteça.

Um governo global para o benefício dos cidadãos e não dos capitalistas é possível. As dívidas dos países serão abolidas. Não haverá capitais abutres, como fundos de hedge e fundos de *private equity*, e não haverá práticas de engenharia financeira ou deslocamentos sem capital. Uma ONU cheia de novos poderes será eficaz para isso. Instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e similares, que continuarão a ser reconfiguradas, não estarão mais a serviço dos bancos e do sistema financeiro capitalista e estarão a serviço da economia geral, pagando com juros baixos quando necessário.

Na sociedade pós-capitalista, haverá justiça ambiental e justiça espacial. Os resíduos não serão depositados nos países ou regiões mais pobres, degradando seriamente o meio ambiente.

Vivemos em uma sociedade onde o indivíduo tem a maior importância e acredita-se com o direito de fazer tudo. Mas devemos estabelecer limites em relação ao ambiente e ao ambiente social em que se vive.

É necessário construir comunidades de cidadãos voluntários e solidários, regulamentação coletiva para a organização social, para reduzir a desigualdade. Instituições públicas controladas democraticamente em várias escalas devem garantir a igualdade e o trabalho; eles devem impedir a ganância de triunfar e

uma minoria oligárquica controlando o poder político. A avaliação da ação social e dos ativos coletivos é necessária.

As pessoas precisam de estabilidade, segurança e ordem, ao mesmo tempo que a liberdade individual que não se choca com a dos outros. E confiar em instituições públicas e ações coletivas. Teremos que organizar fortes estruturas de socialização e apoiar a confiança de que podemos lutar contra as adversidades, com a ajuda de outras pessoas, com solidariedade. Os direitos sociais garantirão melhorias individuais. As obrigações sociais do Estado e as expectativas humanas de uma vida digna serão sempre protegidas das necessidades da economia e do mercado.

A política econômica será decididamente política e com objetivos sociais para alcançar a igualdade. Não haverá redução nos gastos públicos que afetem as políticas sociais. Os bens públicos são para todos, sem restrições.

INÚMERAS DIFICULDADES

Supondo que o sistema possa ser alterado democraticamente e atingir a sociedade pós-capitalista, ainda haverá muitos problemas.

O problema mais importante do ponto de vista econômico será substituir os inúmeros agentes econômicos que tomam decisões pelas instituições públicas; e que eles fazem isso de maneira ordenada e transparente. Tem que lutar decisivamente contra a corrupção; por exemplo, evitando influência política por meio de contribuições a partidos ou instituições. Os contratos de empresas privadas com administrações públicas serão feitos de forma transparente, evitando o aumento de custos; e outras práticas corruptas comuns hoje em dia, pelas quais sabemos o suficiente.

A economia deve ser gerenciada democraticamente. A democracia deve ser redistributiva da riqueza. A racionalidade da democracia e a capacidade de gerenciar problemas complexos com ela devem ser afirmadas.

Para isso e para o funcionamento da democracia, a participação é essencial. É possível que uma parte da população queira uma classe política e gerencial para resolver seus problemas, semelhante ao que existe hoje. Teremos que pensar em sistemas que estimulem a participação e que isso seja essencial para o pleno reconhecimento dos direitos dos cidadãos. O primeiro

dever do cidadão é participar e colaborar politicamente com a comunidade, na medida do possível. Será uma obrigação coletiva.

A intervenção ativa da administração pública pode lhe dar muito poder, que deve ser estritamente controlado; e à corrupção das administrações públicas, que serão decididamente processadas. Portanto, alguns agentes econômicos privados no campo da produção agrícola, comércio e indústria, individualmente e através de cooperativas, devem ser permitidos, desde que sejam pequenos ou médios e não possuam poder político.

Hoje, as críticas ao sistema de partidos políticos são muito numerosas, mas talvez excessivas. O desprezo pelos partidos políticos não é razoável, pois eles certamente são necessários. Sem dúvida, é necessária uma regeneração dos jogos, mas é necessário discutir se é bom que eles desapareçam. Deve haver diferentes opções políticas e programas e objetivos gerais devem ser propostos e chegar a um consenso sobre eles. Deveria haver comprometimento e lealdade a um programa geral e um profundo debate sobre soluções concretas.

De qualquer forma, são necessárias diferentes estruturas organizacionais nas quais os cidadãos podem participar de maneira estável. Não pode ser totalmente individual, mas precisa de algumas estruturas de suporte.

É preciso aceitar que os grupos sociais possam ter preferências diferentes, e terá que ser acordado pelo governo majoritário, mesmo que não goste individualmente. Para isso, são necessários os debates dos partidos políticos. Com organizações intermediárias. Certamente teremos que pensar em uma combinação de sistemas de participação direta dos cidadãos, em nível local, com outras formas democráticas representativas em outras escalas regionais, nacionais e internacionais. Os jovens devem ter uma voz decisiva na construção do futuro. As mulheres são essenciais para as mudanças a serem feitas, o que significa mudar muitas mentalidades tradicionais ao redor do mundo.

A remuneração do trabalho em empresas coletivas (empresas agrícolas, industriais e de serviços) deve ser discutida; com a necessidade de levar em consideração todas as discussões e experimentos concretos que foram realizados no passado em relação aos processos de socialização, muito fortes na tradição comunista e anarquista; no espaço, os debates sobre as horas dedicadas e o tipo de atividade realizada, ou a satisfação das necessidades individuais e familiares e o compromisso com as tarefas e objetivos coletivos.

A agricultura aumentou seus rendimentos e pode alimentar a população mundial hoje, do produtivismo, industrialização, padronização e aplicação da engenharia genética. Diante disso, a agricultura pós-produtivista surgiu desde a década de 1990, que recupera produtos tradicionais, enfatizando qualidade, variedade e patrimônio agrícola local. Está se espalhando amplamente nos países desenvolvidos; embora a questão seja se essa agricultura pode alimentar-se com a população mundial atual e futura, e se deve ser complementada e por quê.

A casa será de preferência construída pelo Estado e com posse permanente do usuário, como se fosse sua, sem possibilidade de despejo. Mas, em qualquer caso, os processos de alocação de moradias em áreas urbanas devem ser estudados de maneira transparente e equitativa.

Certamente haverá bloqueios geopolíticos, como a União Europeia. Mas eles devem ser organizados de maneira diferente, uma vez que a democratização da União Europeia é um problema fundamental.

As medidas adotadas para realizar alternativas inovadoras devem ser globais, não em um único país. É por isso que as instituições econômicas precisam ser criadas para regular a economia e as trocas internacionais, mas democraticamente regulamentadas pela ONU e com regras diferentes daquelas que se aplicam hoje ao FMI, ao Banco Mundial e outras que hoje apoiam capital e capital. ao imperialismo

Políticas de crescimento econômico de soma zero devem ser implementadas. As instituições internacionais serão responsáveis por gerenciar todos os aspectos conflitantes dessas políticas. Não haverá concorrência fiscal entre países para atrair capital.

Mas mesmo que todas essas mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais não sejam alcançadas, as coisas serão fáceis. Entre os problemas que terão de ser abordados e resolvidos estão os impulsos profundos da natureza humana. O homem, que geralmente é bom e generoso, às vezes pode ser egoísta, violento, invejoso, ganancioso, ansioso por dominar ou desvalorizar os outros, com uma ampla estimativa de seu próprio ego, com tendências a depressões e exaltações. As pessoas podem adotar comportamentos terríveis e detestáveis em relação a outros humanos e até mesmo institucionalmente, como a realidade mostra de novo e de novo. A sociedade pós-capitalista não eliminará

o problema do mal no mundo. Para resolver esse problema, é necessário debate intelectual e consenso político. Por outro lado, como essas características são tratadas na sociedade pós-capitalista certamente será necessário, além da ênfase na educação coletiva, uma nova psicologia, uma nova psicanálise e uma nova psiquiatria.

REFERÊNCIAS

ALBI, Emilio. Los cargos al azar. Madrid: FEDEA, Documento de trabajo 2017/3 <documentos.fedea.net/pubs/dt/2017/dt2017-03.pdf

ARROYO, Mercedes. Alfred E. Chandler Jr. y el debate en torno a su obra intelectual. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, nº 141, 4 de marzo de 1999 <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-141.htm>>.

BAYON, Denis, Fabrice FLIPO, François SCHNEIDER. Decrecimiento. Diez preguntas para comprenderlo y debatirlo. Traducción de Julia Calzadillo. Barcelona: El Viejo Topo, 2011. 236 p.

BENACH, Nuria; ZAAR, Miriam Hermi; VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno (eds.). *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/xiv-coloquio-portada.htm>>.

BERMUDO, José Manuel. La vía al socialismo. De la transición (al capitalismo) a la transición (al socialismo). *Revista Peruana de Filosofía Marxista*. Arequipa, 2015, Año 3, nº 3, p. 61-84.

BOADA, Lluís: *La senectud del capitalismo. Un reto a la juventud*. [Barcelona]: ED Libros 2017. 200 p.

BOTSMAN, Rachel & Roo ROGERS. *What's Mine is Yours: The Raise of Collaborative Consumption*, New York: Harper Collins, 2010. 304 p.

BRENNER, Neil. *La explosión de lo urbano*. Santiago de Chile: ARQ, 2016.

CAPEL, Horacio. El drama de los bienes comunes. La necesidad de un programa de investigación. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 2003, vol. VIII, nº 458, 25 de agosto 2003 <<http://www.ub.es/geocrit/b3w.458-htm>>.

CAPEL, Horacio. La forma urbana en la ciudad postcapitalista. *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de noviembre de 2016, vol. XXI, nº 1.177. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1177.pdf>>.

CHANDLER, Alfred D. Jr. *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*. Cambridge, Mass: 1977. Versión española: *La mano visible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad, 1988.

CONGOST, Rosa: *Tierras, leyes, historia. La gran obra de la propiedad*. Barcelona: Crítica, 2007, 347 p.

DERLUGUIAN, Georgi. Does Capitalism Have a Future? That Is the Research Question. In Response to Bruce Scott. *Clodynamics*, 2016, 7, p. 109-118 <<https://escholarship.org/uc/item/25s4s3zw>>.

FERNÁNDEZ DURÁN, Ramón. *El Antropoceno. La expansion del capitalismo global choca con la biosfera*. Madrid: Virus Editorial, 2011. 108 p.

GORDON, Robert J. Is US economic growth over? Faltering innovation confronts the six headwinds. August 2012, *NBER Working Paper*, nº 18315 w.

HARVEY, David. *Espacios del Capital. Hacia una geografía crítica*. Traducción de Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, 2007. 448 p.

HARVEY, David. *Espacios de Esperanza*. Traducción de Cristina Piña Aldao, Barcelona: Akal, 2012. 328 p.

HARVEY, David. *Ciudades rebeldes. Derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Traducción de Juanmari Madariaga. Madrid: Akal, 2013. 220 p.

HARVEY, David. *Seventeen Contradiction and the End of Capitalismo*.: Profile Books, 2014. Versión española *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Juan Mari Madariaga, traductor. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 294 p.

INDOVINA, Franco. *Della città diffusa all arcipelago metropolitano*. Milano: Franco Angeli (Collana Studi Urbani e Regionali), 2009. 298 p.

KLEIN, Naomi. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. New York: Simon & Schuster. 2014. Traducción de Albino Santos Mosquera, *Esto lo cambio todo. El capitalismo contra el clima*. Barcelona: Paidós, 2015. 704

LINARES, Sebastián. El sorteo de cargos público: un método para mejorar la democracia. 2013 <<http://www.condistintosacentos.com/el-sorteo-de-cargos-publicos-un-metodo-para-mejorar-la-democracia/>>.

LÓPEZ, Isidro, y Enmanuel RODRÍGUEZ (Observatorio Metropolitano). *Fin de ciclo. Financiarización, territorio y sociedad de propietarios en la onda larga del capitalismo hispano*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010. 503 p.

LÖWY, M. *Ecosocialismo. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*.

Buenos Aires: Editorial Herramientas/El Colectivo, 2011. 173 p.

MORIN Edgar. *La voie pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard, 2011. Versión española, *La vía para el futuro de la Humanidad*. Traducción de Núria Petit Fonseré, Barcelona: Paidós, 2011. 297 p.

NAREDO, José Manuel. Naturaleza humana, medio ambiente y derechos humanos. Claves para un cambio de paradigma *Ambienta*, Madrid, 2015, nº 113, p. 4-17.

NAREDO, José Manuel. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social más allá de los dogmas*. Madrid: Siglo XXI de España, 2006. 2ª ed. 2015.

NAREDO, José Manuel. *Diálogos sobre el Oikos. Entre las ruinas de la economía y la política*. Madrid: Clave Intelectual, 2017. 143 p.

NEL-LO, Oriol & Renata MELE (eds.). *Cities in the 21st Century*. London: Routledge/ENEL Foundation, 2016. 309 p,

NORBERG, Johan. *En defensa del capitalismo global*. (2001) *In Defense of Global Capitalism* 2001. Traducción al español: *En defensa del capitalismo global*. Madrid: Unión Editorial, 2005; 2ª ed. 2009. 334 p.

NORBERG, Johan. *Progreso: 10 razones para mirar al futuro con optimismo*. Deusto, 2017. 320 p.

PINKER, Steven. *Enlightenment now: The case for reason, science, humanism and progress*. New York: Viking/ Penguin Random House, 2018. 576 p.

ROBINSON, William I. *A theory of global capitalism: production, class, and state in a transnational world*. Johns Hopkins University Press (Themes in Global Social Change), 2004. 224 p. Versión en castellano, *Una teoría sobre el capitalismo global. Producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. México: Siglo XXI Editores (Colección Sociología y Política) 2013. 246 p.

ROCA, E., M. PESOA, M. MARTI y J. GALINDO. Algunos retos de la urbanización reciente en China. Cinco fenómenos y un proyecto. *ACE. Architecture, City and Environment. Arquitectura, Ciudad y Entorno*. Barcelona: UPC, 2018, nº 36, p. 175-200.

RULL, Valentí. *El Antropoceno*. Madrid: Libros de la Catarata, 2018.

SACHS, Ignacy. Écodéveloppement: une approche de planification. *Économie Rurale*, Paris, 1978, nº 124, p. 16-22.

SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'écodeveloppement*. Paris: Les Éditions Ouvrières (Coll. Développement et Civilisation), 1989. 140 p.

SACHS, Ignacy. Ecodesarrollo: concepto, aplicación, beneficios y riesgos. *Agricultura y Sociedad*, Madrid, 1981, nº 18, p. 9-32.

SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017. 120 p.

STREECK, Wolfgang. *How Hill Capitalism End? Essays on a Failing System*. Londres and New York: Verso, 2016. Traducción al español *¿Cómo terminará el capitalismo? Ensayos sobre un sistema en decadencia*. Traducción José Amoroto et al. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017. 291 p.

TAIBO, Carlos. *En defensa del decrecimiento. Sobre capitalismo, crisis y barbarie*. Madrid; Catarata, 2010. 160 p.

TAMAMES, Ramón. *La polémica sobre los límites del crecimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1974. 176 p.

TAMAMES, Ramón. *Ecología y desarrollo: la polémica sobre los límites del crecimiento*. Madrid: Alianza, Sexta edición 1995. 304 p..

TRABAJO. El trabajo. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Número extraordinario dedicado al IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), vol. VI, nº 119, 1 de agosto 2002 <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-119.htm>>.

VALERO CAPILLA, Antonio, y NAREDO, José Manuel. *Desarrollo económico y deterioro ecológico*. Madrid: Fundación Argenteria/ Visor, 1999.

VALERO, Antonio, y VALERO, Alicia. *Thanatia: The Destiny of the Earth's Mineral Resources. A Thermodynamic Cradle-to-Cradle Assessment*. London: World Scientific, 2014. 672 p.

WALLERSTEIN, Immanuel, Randal COLLINS, Michael MANN, Georgi DERLUGIAN & Craig CALHOUN. *Does Capitalism have a Future?* Oxford University Press, 2013. 208 p.

ZAAR, Miriam H.; VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno; CAPEL, Horacio (Editores). *La electricidad y el territorio. Historia y futuro*. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2017 <<http://www.ub.edu/geocrit/Electr-y-territorio/Electr-y-territorio-Portada.htm>>.